

# FORMAS DE HABITAR MUNDOS ESTILHAÇADOS NO CAPITALOCENO

## Recompondo as ruínas de Bento Rodrigues<sup>1</sup>

*WAYS OF INHABITING SHATTERED WORLDS IN THE  
CAPITALOCENE*  
*Reassembling the ruins of Bento Rodrigues*

**Natanael de Alencar Santos<sup>2</sup> e Estefania Momm<sup>3</sup>**

### Resumo

Neste artigo, investigamos formas e possibilidades de (re)construção e (re)valorização de vínculos, agenciamentos políticos, instâncias de ação coletiva e práticas criativas de cuidado em Bento Rodrigues, subdistrito soterrado pelo desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) em 2015. A partir de um grupo específico, o “Loucos pelo Bento”, nos dirigimos a uma paisagem existencial: como ele torna as ruínas habitáveis, que sentidos imprime a esse processo e como empenha instâncias revivificantes de pertencimento em meio a um mundo danificado? Dados documentais, audiovisuais, etnográficos e entrevistas orientam nossa análise. Articulamos tal arranjo como um contexto de sofrimento social e de crime continuado atravessado por elementos indiciais de trauma cultural, sublinhando a relevância de impactos subjetivos coletivos ocasionados pela relação assimétrica com a produção neoextrativa mineral e efeitos da injustiça ambiental para compreensão da paisagem de poder do Capitaloceno, no que diz respeito ao uso, destruição de recursos e dinâmica de expulsões.

Palavras-chave: território, ruínas, Samarco, Bento Rodrigues, Capitaloceno.

### Abstract

*In this article, we investigate forms and possibilities of (re)construction and (re)valorization of bonds, political agencies, instances of collective action, and creative practices of care in Bento Rodrigues, a village buried by the Samarco (Vale/BHP) crime-disaster in 2015. Drawing from a specific group, the “Crazy about Bento,” we delve into an existential landscape: how they make the ruins inhabitable, what meanings they impart to this process, and how they manage to (re)create instances of belonging amidst a damaged world? Documentary, audiovisual, ethnographic data, and interviews guide our analysis. We articulate this arrangement as a context of social suffering in an ongoing crime, intersected by indicial elements of cultural trauma, underscoring the relevance of collective subjective impacts caused by the asymmetrical relationship with neo-extractive mineral production and effects of environmental injustice for understanding the Capitalocene’s landscape of power, concerning resource use, destruction, and dynamics of expulsions.*

*Keywords: territory, ruins, Samarco, Bento Rodrigues, Capitalocene.*

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada oralmente no 2º Congresso da Rede Internacional de Sociologia das Sensibilidades, no WT17- 17. Políticas das emoções na era do Capitaloceno: Explorando o Universo das sensações no fim do mundo — coordenado pelo Prof. Horacio Machado Araújo a quem agradecemos pelos comentários e incentivo.

<sup>2</sup> Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar, na linha de pesquisa Poder e Conflitos Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva.

<sup>3</sup> Professora Substituta no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFOP; doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP, linha de pesquisa Participação Social e Políticas Públicas a Produção e Gestão do Habitat, sob orientação da Prof. Dr. Caio Santo Amore.

### Introdução

Passados mais de 8 anos do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP Billiton), as dimensões e consequências dos danos e perdas decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana-MG) e seu processo de reparação a partir do dia 05 de novembro de 2015 são ainda incertas, preocupantes e nos indicam uma série de tenuidades quanto às camadas sensíveis dos traumas culturais advindos de eventos extremos e desafiam a compreensão dos processos de identidade, projetos e modos de vida rompidos em tais contextos.

O desastre-crime de 2015 afetou a Bacia do Rio Doce como um todo e em cada localidade há especificidades dos danos e perdas: muitas ainda não reconhecidas e outras ainda desconhecidas. O presente artigo aborda em específico o território de Bento Rodrigues, soterrado e resignificado em meio às ruínas pelo grupo autointitulado “Loucos pelo Bento”<sup>4</sup>. Tal vivência em meio às ruínas indica o forte vínculo deste grupo social com o território, mesmo após o desastre-crime, o qual apresenta-se como lugar de refúgio em meio às violações perpetuadas.

Através da presente investigação, buscamos indagar os sentidos coletivos que o grupo “Loucos pelo Bento” atribui à ocupação, ou repovoamento, das ruínas de Bento Rodrigues, compondo uma paisagem de sensibilidades e evidenciando características de experiências em meio a ruínas. A partir da fricção entre teoria e prática – promovendo diálogo entre conceitos já consolidados, pequenas histórias e análise das vivências no território de origem de Bento Rodrigues, além de trabalho etnográfico –, constatamos o grupo “Loucos pelo Bento” como uma instigante experiência coletiva que abriga um acervo de práticas materiais e imateriais importante para visualizar como vidas se tornam vivíveis em meio a mundos danificados no Capitaloceno. Nesse sentido, ao longo de quatro seções, nos dirigimos à interpretação das ruínas não como puro debris melancólico, mas como reveladoras de brutais violências, abrigando instâncias revivificantes de pertencimento que nos permitem o acesso ao modo como se efetivou a (re)construção e (re)valorização de vínculos, agenciamentos políticos, instâncias de ação coletiva e práticas criativas de cuidado.

A primeira seção situa teoricamente nossas preocupações relativas às consequências sociais de longa duração do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) – evento crítico inserido no contexto do *Capitaloceno/Necroceno*, do neoextrativismo minerador, da produção social de desastres e, dada as tensões de sua (ir)reparação, desencadeador de um processo de trauma cultural. Inicialmente, nos propomos a mobilizar noções como a) sofrimento social; b) trauma cultural; c) trabalho de memória; d) *solastalgia* e e) ecologia política das emoções. Com este percurso, colocamos em relevo um tipo particular de danos — o que significa complexificar algumas questões e dirigir-se à experiência de vida, na coletividade, que resvalam nas identidades pós-rompimento das pessoas atingidas. Buscamos conduzir nossa interpretação, portanto, para uma camada transversal da realidade social onde se coadunam sensibilidades, memórias, emoções, agenciamentos políticos ou, em outras palavras, formas de habitar mundos danificados a partir da análise do caso específico do grupo autointitulado “Loucos pelo Bento”.

<sup>4</sup> É importante destacar que há variações na nomenclatura do grupo, inclusive dentre os próprios membros, que por vezes se intitulam também como “Loucos por Bento Rodrigues” ou “Loucos por Bento”.

Em um segundo momento — indicando nosso itinerário metodológico e apresentando as fontes e acervos de análise, captados em documentos bibliográficos e audiovisuais, entrevistas e pesquisa etnográfica — extraímos e situamos dados que nos permitem compilar fragmentos e apreender parte do histórico das disputas no território soterrado e inundado de Bento Rodrigues.

Na terceira seção, aprofundamos a reflexão sobre as ruínas do povoado a partir da análise da atuação do grupo “Loucos pelo Bento” após o rompimento da barragem, justapondo “pequenas histórias” — considerando entrevistas, fontes e acervos de análise e das vivências em campo realizadas, e friccionando experiências e narrativas das pessoas atingidas pós-rompimento com as noções mobilizadas na primeira seção.

Tendo realizado este percurso, na quarta parte do artigo adentramos um circuito conceitual específico implicado em dar visibilidade a uma questão ambiciosa, que intersecciona escalas micro e macroestruturais: a partir de Bento Rodrigues, o que significa habitar mundos estilhaçados no Capitaloceno? Nela, seguimos indagando sobre as emoções, identidade-território, r-existências, resistências e as motivações de permanência no território em arruinamento de Bento Rodrigues pelo grupo “Loucos pelo Bento” à luz de conceitos específicos sobre formas de vida em ruínas do capitalismo a partir das ciências sociais.

Nas considerações finais, defendemos que os “Loucos pelo Bento” efetuam resistência ao que chamamos de “tutela corporativa existencial” e que se enredam em um processo de retomada da autoria coletiva da vida social. Ali também retornamos ao contexto macro dos desastres da mineração, apresentando questões essenciais que devem ainda ser exploradas a partir do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) e de grupos sociais como o “Loucos pelo Bento”, que podem contribuir para verticalizar questões sobre riscos e limites das situações extremas do extrativismo e sobre capacidades de recomposição de vidas danificadas.

### Parte 1 – Provocações teóricas: uma aproximação à paisagem sensível do Capitaloceno

A noção de *Capitaloceno* (Moore, 2022) deriva de abordagens mais nuançadas que vem sendo elaboradas pelo campo das Ciências Sociais, provocadas pela nova nomenclatura que emerge no campo da estratigrafia para denominar o impacto intenso e devastador de vetores antrópicos no sistema terra. Ela indica a insuficiência do termo *Antropoceno*, ou seu erro de paralaxe, localizado na detecção da agência principal que deixa sua impressão digital sobre a biosfera: no *anthropos* como causador das perturbações mais nefastas que colocam em risco, no limite, as condições de continuidade ecossistêmica do planeta. O *Capitaloceno*, ao invés disso, frisa que são as condições por meio das quais a interação com a natureza se efetiva no modelo socioeconômico capitalista que resulta nos efeitos mensuráveis de alteração e destruição de padrões ambientais razoáveis ou saudáveis. A atribuição recai não sobre a humanidade genericamente, mas sob os empreendimentos predatórios, o apetite insaciável por matérias-primas, pelo consumo irrefreado e cobiça pelo lucro a curto e médio prazo.

Em retrospectiva, a emergência conceitual do *Antropoceno* indexou diversas aproximações ou ativou uma discursividade particular para referir-se às questões socioambientais, situação em que as contribuições da ecologia política têm suas inferências reforçadas. Outras nomenclaturas também fazem exercício análogo, como é o caso do termo *Antropocego*, definição que a antropóloga Marisol de la Cadena (2018) mobiliza para apontar a miopia ou mesmo o apagamento a que estão sujeitas as

existências e experiências não-hegemônicas, sobretudo as de povos e comunidades tradicionais no Sul Global, quando confrontados com todo o arsenal da “gramática de valoração” pecuniária (Martinez-Alier, 2018) e suas iniciativas que miram principalmente os seus territórios. É suficiente, por ora, adicionar a essa desconstrução lexical e conceitual, a noção de *Necroceno* (Mcbrian, 2022), que insiste no aspecto destrutivo da nova época geológica, que progride a partir da obliteração não apenas de biomas, entidades e bens naturais, mas também de culturas, atropeladas pelo rolo compressor da lógica capitalista de acumulação e desenvolvimento, o que o autor aborda como ‘acumulação por extinção’ — tal aspecto aniquilador tem distinta relevância para as interpretações elaboradas adiante.

Reconfigurando percepções sobre a associação entre eventos socioculturais e biosféricos, estudos das últimas décadas têm avançado para uma releitura histórica do processo de extinção em massa originada na expansão marítima colonialista e imperialista do século XV na América do Sul e que se consolida com as escavações de Cerro Rico de Potosí, na Bolívia (Aráoz, 2020), principal produtora de prata depois de 1545. Para Machado Aráoz (ibidem, p.31), “a mineração moderno-colonial foi o detonante fundamental do *Capitaloceno*”, sendo esta uma “forma extrema” do extrativismo por sua condição constituinte do “sistema-mundo capitalista-colonial-patriarcal”, por “suas consequências de longa duração, pelos efeitos ecobiopolíticos”, e afetando drasticamente o “sociometabolismo da espécie humana” (ibidem, p.34). Ao referir-se à “alienação territorial” da América Latina, inspirado por Milton Santos, o autor ressalta que seu impacto é tão profundo que não se limita a transformações geográficas ou econômicas.

Aráoz nos leva a um território ainda mais particular: a ecologia política das emoções. Ela diz respeito a uma mudança não apenas em nosso pensamento, mas também em nossos sentimentos, abraçando uma consciência sensível e expandida da colonialidade. É nesse terreno das sensibilidades que também se instalou algo que nos adverte Alimonda (2021): o que define a especificidade disso que se chama “latinoamericano” é o trauma catastrófico da colonização e a integração subordinada, colonial, ao sistema internacional.

Tomamos de auxílio estas construções em torno de uma mesma ideia central para enfatizarmos elementos menos numéricos, mas nem por isso pouco expressivos. Enxergamos, no cenário do *Capitaloceno*, feridas infligidas não apenas aos componentes ambientais, mas a toda uma paisagem vivencial subjetiva e coletiva, ao terreno experiencial das identidades. Este trabalho implica-se na interpretação de manifestações radicais das potencialidades mais catastróficas desse fenômeno: os desastres no *Capitaloceno* — para além dos danos de natureza física, priorizamos a investigação de danos imateriais e sociológicos.

Há muito, o campo da Sociologia dos Desastres desfez a percepção de que os desastres são “naturais”, visto que o componente social é incontornável, seja presente nas causas de fundo, nas vulnerabilidades sociais intervenientes, nas condições de mitigação e resiliência ou na governança dos danos. O *Capitaloceno* incide nessa virada de paradigma, na medida em que “a natureza se torna efeito do humano” (Marques, 2015, p.402), colocando em primeiro plano a relação causal entre exaustão natural e a maior frequência e intensidade de desastres socioambientais.

Entendemos, nesse sentido, que o *Capitaloceno* possui como característica consubstancial o desencadeamento de uma série de situações extremas (Pollak, 1989) ou eventos críticos (Veena DAS, 1995). Tais formulações levam em consideração situações de intenso sofrimento e ruptura da vida social como guerras, genocídios, desastres ambientais e tecnológicos, atentados, etc. São diversas as expressões e

lôcus dessa realidade e embora os exemplos sigam multiplicando-se, por ora nos ateremos ao caso emblemático e específico do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP), ocorrido no Estado de Minas Gerais em 2015 do qual é importante relembrar alguns detalhes.

A Samarco Mineração S.A. é uma joint venture da brasileira Vale S/A. e da anglo-australiana BHP, ambas com 50% de suas ações. A empresa brasileira tem capital fechado e foi criada em 1973 com início de suas operações em 1977. O principal produto gerado são pelotas de minério de ferro comercializadas para a indústria siderúrgica de países das “Américas, Oriente Médio, Ásia e Europa” (Prata, 2019, p. 39). Ainda de acordo com a autora (ibidem, p. 39), em 2015 a empresa “era a 12ª maior exportadora do Brasil, produzindo 24,9 milhões de toneladas de minério” e “recolhendo R\$ 1,5 bilhão em impostos diretos pagos no ano de 2014”. Tais impostos “correspondiam a: 54% da receita de Mariana (MG), 35% da receita de Ouro Preto (MG) e 50% da receita de Anchieta (ES)”.

Ao destruir comunidades inteiras as margens dos cerca de 670 km percorridos pela lama de rejeitos em novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão gerou uma série de consequências às áreas atingidas, algumas irreparáveis para os moradores da região, dentre elas, danos ambientais, sociais e econômicos (Rodrigues et al, 2023). as dezenas de milhões de metros cúbicos de rejeito oriundos do Complexo de Germano atingiram primeiramente o distrito de Bento Rodrigues há cerca de 5,5 km da barragem de Fundão e chegaram na foz do Rio Doce em Regência (Linhares-ES) após 15 dias do rompimento.

Além das 19 vítimas fatais e da expulsão direta e imediata de cerca de mil famílias, há inúmeros impactos causados pela destruição de florestas, contaminação de rios, fontes de água e alimentos e perda de fontes de trabalho e renda para a região, além de atingir hospitais, escolas e pontes. De acordo com Rodrigues et al (2023, p.1), “há impactos diretos nos modos de vida de milhares de pessoas de difícil mensuração, sendo boa parte deles irreparáveis”. Desta feita, compreendemos a mineração como uma *indústria danosa (harm-industry)*, conceito cunhado por Benson e Kirsch (2010), que aborda as práticas destrutivas às pessoas e ao meio ambiente pelo setor extrativo mineral.

O processo de reparação dos danos e perdas, instituído através da “lógica do consenso” e da “resolução negociada dos conflitos” (Vitti, 2017) através de termos de ajustamento de conduta sem a efetiva participação das pessoas atingidas é também produtor de violências, na medida que não respeita a centralidade da vítima, nem propõe recuperar modos de vida a partir de vivências e sensibilidades das pessoas atingidas (Cáritas, 2020). O processo de reparação e do doloroso processo da “vida em espera” é continuamente manifestado, por exemplo, pelo Jornal A Sirene desde fevereiro de 2016. Através do jornal acompanhamos a justaposição de fraturas existenciais impostas às pessoas expulsas de Bento Rodrigues.

Parte destas fraturas advém dos modos de vida raptados junto aos territórios soterrados. A partir de intensa disputa das famílias atingidas junto a assessoria técnica independente da Cáritas<sup>5</sup>, as famílias articularam diretrizes de reparação do direito à moradia definidas judicialmente, e cuja restituição se dá por meio de uma das seguintes modalidades: reconstrução, reassentamento coletivo ou reassentamento familiar, tendo

<sup>5</sup> A Assessoria Técnica Independente foi instituída pela Ação Civil Pública (ACP) 0400.15.004335-6 do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) da 2ª Vara da Comarca de Mariana e a Cáritas Brasileira - Regional Minas Gerais iniciou suas atividades no território de Mariana em outubro de 2016.



ainda como alternativa a tais modalidades, a possibilidade de pecúnia. A reparação do deslocamento forçado de seus territórios está dentre os 42 programas de reparação, sob responsabilidade da Fundação Renova. O programa 8: “Reconstrução das Vilas” tem objetivo reconstruir as 3 comunidades soterradas pelos rejeitos de minério: Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira.

Embora não seja objetivo do presente artigo uma análise aprofundada sobre o reassentamento coletivo de Bento Rodrigues, cabe destacar que as fraturas nos modos de morar, viver e existir dos atingidos e atingidas são explícitas frente a um processo de resolução negociada dos conflitos, pseudo participação da comunidade atingida e construída através de uma concepção hegemônica de produção capitalista do espaço construído, o que difere substancialmente da paisagem das sensibilidades que aqui buscamos recuperar.

A definição de evento crítico, tal como delineada por Veena Das, colabora profundamente para a compreensão do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP). Trata-se de uma intensa transformação, em diferentes camadas, que desencadeia novas modalidades de ação, redefine categorias tradicionais, ressignifica dimensões da existência individual e coletiva. O desastre-crime foi ignitor de uma outra relação com o território a partir das expulsões; os moradores e cidadãos passam a ser categorizados como “pessoas atingidas”; as pessoas atingidas, por sua vez, retratam e difundem outra “estrutura de sentimento” (Williams, 1979; Santos, 2022), outras percepções e narrativas sobre a mineração — que a enfatizam como algo arriscado, perigoso, inseguro, eticamente irresponsável, puramente pecuniário, por exemplo; outras vincularidades emergem, assim como novas formas de comunidade, algumas das quais vão colocar-se e entender-se como atores políticos pela primeira vez (Zhour, 2016; Losekann, 2018). O sofrimento social irradiado pelos eventos críticos atravessa várias instituições, reconfigura padrões sociais e, como desenvolveremos ao longo deste artigo, cria outra paisagem de sensibilidade: uma que se institui a partir da experiência de vida em mundos danificados.

Na medida em que representam observações extensíveis ao desastre-crime da Samarco (Vale/BHP), é bastante profícua a investigação que Veena Das (1995)



Imagem 2 - Reassentamento de Bento Rodrigues. Fonte: extraído de: <https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/bento-rodrigues/>. Acesso em 25 de jan. 2023.

executa sobre o desastre tecnológico da estadunidense *Union Carbide Corporation*, que resultou no vazamento de enorme quantidade de gás isocianato de metila de uma fábrica de agrotóxicos desativada em Bhopal, na Índia. Seguindo o argumento de Das, o evento registra um modelo de sociedade em que a criação de riqueza ocorre simultaneamente à geração de destruição. O desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) e o da *Union Carbide Corporation* refletem não apenas realidades locais, mas também engajam diretamente as estruturas modernas, científicas, legais e administrativas da sociedade contemporânea. Devido à magnitude dessas ocorrências, ambas foram percebidas como desastres coletivos desde o início. Em ambos os cenários, as pessoas vitimizadas enfrentaram dificuldades em entender completamente como e por que o sofrimento lhes foi imposto, muitas vezes sendo pegas de surpresa pelas circunstâncias que levaram ao seu padecimento. Bento Rodrigues, portanto, conecta escalas: a lógica e os atributos do Capitaloceno, portanto, se esgueiram no desastre da Samarco (Vale/BHP), ora explícitos, ora sub-repticiamente, imiscuídos em suas causas e consequências de longo prazo, inclusive no terreno subjetivo e sensível de sujeitos.

Esses eventos desencadeiam reflexões sobre a possibilidade de reparação, compensação ou recuperação do que foi perdido — seja território, laços ou um sentido amplo de pertencimento —, bem como sobre a feitura criativa de novas configurações. Eles também oferecem entendimentos sobre a natureza do sofrimento social e a quebra de padrões coletivos estabelecidos; em particular, instam a pensar sobre como o sofrimento pode ser visto como um confronto com a perda de sentido em determinados aspectos da vida que ameaçam se desintegrar em um emaranhado de incertezas.

No caso particular da Samarco (Vale/BHP), cremos ser valioso à análise funcionalizar a noção de trauma cultural (Alexander, 2012). Segundo Jeffrey Alexander, nenhum evento, independente de sua magnitude, é em si culturalmente traumático. Trata-se de um dano indelével à identidade coletiva de um grupo, que não poderá controlá-lo na percepção de si mesmo. A partir de lentes construtivistas, o trauma cultural é uma atribuição de sentido a um evento, um exercício intencional de representação. O trauma, nessa acepção, não emerge meramente da experiência coletiva de dor, mas da profunda perturbação que toca o cerne da identidade coletiva do grupo, impulsionando uma reavaliação, exigindo um vigoroso esforço cultural e político por parte das

coletividades afetadas. Pode ser compreendido como um mecanismo sociológico que identifica uma grave lesão ao grupo, estabelece quem é a vítima, designa culpabilidade e distribui as consequências tangíveis e intangíveis. Esta perspectiva sobre o trauma é vital para entender como a agência coletiva evolui, ou não, em resposta ao sofrimento social. Adiante, como tentaremos indiciar, alguns moradores de Bento Rodrigues ilustram as vicissitudes desse complexo encadeamento.

Destacamos que intervêm de maneira relevante no processo social de trauma cultural o trabalho de memória: ele é mobilizado em um esforço de busca e de reconstrução de um passado coletivo, reorganizando o senso de identidade. As memórias integram o espaço público enquanto narrativas e entram em alinhamento específico, pervadindo o que Halbwachs (1990) chama de “comunidade afetiva”. Todo o processo de trauma cultural pode vir a atravessar diferentes arenas institucionais como a religião, a estética, a mídia, a esfera legal, científica e da burocracia do estado — e nisso entram em cena tanto desigualdades quanto à distribuição de recursos materiais quanto acesso diferenciais a redes que os proporcionem. Tal dinâmica nos parece estar em efetivo curso, ao longo dos mais de oito anos após o rompimento da barragem do Fundão, notadamente entre as coletividades atingidas.

Adicionalmente, visualizamos que a paisagem de sensibilidade em tal cenário é atravessada por aquilo que o filósofo ambiental Glenn Albrecht (2005) conceitualiza como “*earth emotions*”. Tais emoções emergem no interior de um contexto de adoecimento ecossistêmico, cujos agentes causadores podem ser variados, sejam os usos predatórios de recursos e apropriação extrativista de territórios, sejam mudanças climáticas aceleradas corporativamente induzidas. É notável como o seu neologismo *Solastalgia* tem adentrado o vocabulário do debate ecológico: uma tentativa de nomear a percepção negativa da vivência de mudanças ambientais. O conceito relaciona-se, mas por contraste, com a ideia de *topofilia*, descrito por Yi-Fu Tuan (2012). Modulando entre as ideias de nostalgia, melancolia e *homesick*, a *Solastalgia* diz respeito à retirada do ambiente através da desolação, à alteração e distúrbio do sentimento de lugar e de habitar: é a dor pela perda do “solos”. A formulação nos é interessante por trazer inscrita em seu núcleo a conexão com o território onde se desenrolam os modos de vida e as profundas consequências possíveis dos desastres e impactos ambientais do extrativismo.

Portanto, mais do que uma discussão centralizada nos aspectos ambientais, sobretudo no aumento da temperatura e da poluição, há muito mais para ser deslindado no paradigma do *Capitaloceno*. Há uma região de danos específicos, sociológicos em suma, pois remodelam, quando não chegam a destruir, formas de vida coletiva e identidades, subjetividades e sensibilidades a elas conectadas. Em um trabalho de torção, é preciso fazer com que estes níveis alcancem reconhecimento. Assim, propomos adiante o aprofundamento nos aspectos acima abordados a partir da leitura das ruínas de Bento Rodrigues com base no argumento de que este caso específico pode ajudar a ampliar a compreensão dos danos e perdas do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP), mobilizando, em seguida, um circuito conceitual específico para refletir sobre mundos em ruínas no *Capitaloceno*.

## Parte 2 - Compilando fragmentos de Bento Rodrigues pós-rompimento

As imagens que inundaram a mídia nos dias imediatamente posteriores ao rompimento da barragem do Fundão foram da ordem do espetáculo e do drama, transmitindo o sofrimento mineiro a uma vasta audiência: a altura e a extensão da impiedosa lama de rejeitos; as ruas e casas soterradas; carros, postes, móveis e objetos de toda sorte deslocados e destruídos; a intensa cor vermelho-ocreado, formando um mar

de desolação; os rostos inconsoláveis, aturdidos; o desalento, a dor e as lágrimas abundantes daqueles que foram afetados. O epicentro de uma tragédia: assim Bento Rodrigues, um subdistrito de características rurais onde viviam pouco mais de 600 habitantes, foi apresentado para o mundo<sup>6</sup>. Este primeiro momento, contudo, é apenas um ponto numa extensa processualidade. O que houve em Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco (Vale/BHP) em 2015? Decorridos mais de oito anos, o que se passa ali?

Inicialmente, para captar os sentidos e interpretarmos as ruínas de Bento Rodrigues - em específico a trama de vivências no território de origem pelo grupo “Loucos pelo Bento” pós rompimento — selecionamos, após extenso levantamento, fontes de dados específicas que nos possibilitam apresentar o estudo de caso, extraindo elementos que possam indicar os arranjos de uma complexa paisagem de sensibilidade.

Considerando a situação delicada dos trâmites de reparação, o demasiado assédio por parte de diferentes agentes, mesmo que bem intencionados (Valencio e Valencio, 2018) e respeitando os padecimentos dos atingidos e atingidas ao longo dos anos após o desastre-crime, assim como o ensejo de evitar revitimizações desnecessárias, recorremos a relatos já feitos nos últimos mais de oito anos, pelos bento rodriguenses, e já publicizados em diversos substratos — o que nos parece um cuidado ao mesmo tempo metodológico e ético. Dentre as fontes secundárias utilizadas estão reportagens jornalísticas (em especial o rico acervo do Jornal A Sirene); documentários; livro reportagem; e documentos jurídicos dos acordos e processos estabelecidos. Algumas considerações sobre os dados coletados serão realizadas a seguir.

As fontes primárias possibilitaram vivências e reflexões dos autores diretamente com os membros do grupo em estudo. As entrevistas<sup>7</sup> semiestruturadas e em profundidade foram realizadas com atores da sociedade civil extremamente politizados e engajados desde o início no processo de reparação. O histórico biográfico dos entrevistados, por sua vez, após o rompimento de Fundão, nos permite acessar uma série de questões relevantes sobre o desastre-crime da Samarco (Vale/BHP). Não são apenas vítimas, mas agora agentes ativos, mobilizadores, articuladores e formuladores dessa disputa que envolve a totalidade de suas existências. As idas às ruínas<sup>8</sup> de Bento Rodrigues foram também ricas oportunidades de aproximação com os “Loucos pelo Bento” e com o ambiente - ao mesmo tempo hostil e potente como será relatado adiante no artigo.

Alguns momentos históricos desses mais de 8 anos serão aqui recuperados com o intuito de transmitir de forma mais objetiva possível o que aconteceu em Bento Rodrigues após o desastre-crime. Para isso, serão transcritos e comentados trechos de reportagens de canais de comunicação de ampla difusão midiática, priorizando neste releitura histórica a centralidade das vítimas.

Dentre as diversas fontes e acervos analisados, destacamos a seguir algumas reportagens jornalísticas que proporcionam uma breve reconstrução histórica do objeto de estudo. No dia 08 de dezembro de 2015 o programa “Profissão Repórter” (Globo, 2015) retrata um pouco do primeiro mês após o rompimento. Destaca-se a atitude de Paula Alves no dia 05 de novembro, que com sua moto ajudou a salvar inúmeras vidas, alertando famílias sobre o rompimento. Não houve nenhuma sirene ou ação mitigadora a tempo por parte da mineradora. Além de outras iniciativas de buscas e impactos

6 Antes do desastre-crime pouco era registrado em mídias locais e considerados em políticas públicas.

7 Foram entrevistados dois membros do grupo “Loucos pelo Bento”, em dezembro de 2022. Em cerca de 7 horas de entrevistas contaram um pouco sobre suas vidas após 5 de novembro de 2015 e o processo de reparação após o desastre-crime.

8 Foram realizadas idas em novembro e dezembro de 2022 e em julho de 2023.

ao longo da Bacia do Rio Doce, a matéria destaca a difícil atuação da defesa civil ao tentar evacuar áreas ainda em risco devido à incerteza dos riscos nas barragens de Santarém e Germano, também no Complexo de Germano. Conforme relatado pelo Sr. Jair, da comunidade rural de Campinas, os motivos pelos quais não pretende sair de sua casa demonstram profundo vínculo com seus animais e modos de vida:

Eu tô cuidando das minhas coisas só... minhas coisas... que... que eu trabalhei (...) Igual eu falei: um passo que uma galinha minha der eu quero tá junto com ela... uma galinha der... eu quero tá junto com ela porque: tudo desse braço aqui ó... eu vim trabalhando desde a idade de, de 10 anos (Globo, 2015).

Ainda sobre as famílias de diversas comunidades que tiveram que ser imediatamente realocadas em hotéis na cidade de Mariana em situação completamente diferente aos modos de vida que tinham, Zé Horta relata: “O problema é dias né..você ficar mais dias... (...) Ahh, eu não aguento muito não... é... o máximo 15 dias, o máximo” (Globo, 2015).

Em Bento Rodrigues, a equipe de filmagem acompanha a família de Mônica dos Santos — que acompanharemos outras vezes mais, ao longo do presente artigo — que volta a Bento junto à equipe de reportagem pela primeira vez após o rompimento da barragem, sob rígido controle de acesso pela empresa. A família identifica a comunidade, as casas e objetos. Para Dona Maria, 58 anos, mãe de Mônica e que nasceu e foi criada na comunidade:

Foi-se nossa história, nossa vida – tá tudo aqui. (...) A gente não construiu casa em área de risco. A gente não construiu casa debaixo da barragem. A barragem foi feita em cima da gente (Globo, 2015).

Em 02 de novembro de 2017, Daniel Camargos (2017) escreve para a revista “Piauí” matéria exclusiva sobre o grupo “Loucos pelo Bento” que surge em julho de 2016 quando o morador Mauro Marcos decide que iria até o povoado, angariando a companhia de um grupo de outros moradores. Mônica é reconhecida como uma das principais lideranças do grupo, e explica: “[foi] uma tentativa de amenizar o nosso sofrimento, protestar e declarar o amor por nossa terra”. A matéria relata algumas das ações do grupo, como a celebração de festas religiosas, passar noites na comunidade, passagem de ano, entre outros. De acordo com a reportagem, a família de Mônica é uma das principais do grupo. “Além dela, a mãe, Maria e as tias Simária e Sandra estão sempre presentes nos atos”.

A reportagem retrata ainda a luta do grupo pelo direito e por respeito ao seu território de origem. Dois momentos são especialmente registrados na matéria: a construção do Dique S4<sup>9</sup>, que mesmo após grande luta dos moradores foi construído em outubro de 2016 com autorização do governador Fernando Pimentel (PT), inundando grande parte das ruínas de Bento Rodrigues que ainda existiam, alegando alternativa para

9 Com a alegação de reter o rejeito que ficaram depositados na região de Bento Rodrigues, impedindo que o material fosse carreado para o rio Gualaxo e, de lá, para o rio Doce, foram construídos pela Samarco (Vale/ BHP Billiton) os diques S1, S2 e S3 - este finalizado em fevereiro de 2016. Começa a ser colocado em disputa a construção do dique S4 que alagaria boa parte de Bento Rodrigues. Em junho, a obra do dique S4 foi embargada pela Polícia Militar de Meio Ambiente e o Iphan nega à Samarco (Vale/ BHP Billiton) autorização para a construção do dique. Em setembro, um Laudo da SEMAD afirma que diques S3 e S4 não são eficientes para impedir contaminação do Rio Doce pelos rejeitos, mas ainda assim o Governo de Minas Gerais autoriza para construção do dique S4 através do Decreto nº 500/2016 por Fernando Pimentel (PT) - com previsão de seu descomissionamento em três anos, o que não aconteceu.



riscos ainda existentes. Embora arguida como necessária medida de contenção, a construção dos diques também representou uma intensificação das violações contra o território dos bento rodriguenses. Importante conquista se deu no dia 05 de outubro de 2017 quando, em audiência de conciliação na 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Mariana a hipótese dos terrenos na origem serem cedidos em troca das novas casas (permuta) foi descartada. A reportagem termina com uma frase de Mônica dos Santos: “Mesmo se algum dia surgir outro povoado nós não aceitamos que Bento acabe. Aqui é o nosso lugar, nossa vida e nossa história. É muito amor envolvido” (Camargos, 2017).

Em 30 de maio de 2023, nova reportagem do “Profissão Repórter” (Globo, 2023) apresenta como moradores de Bento Rodrigues frequentam o “ar mais tranquilo” da área de origem — mesmo que em ruínas e sob rígido controle de acesso pela Samarco (Vale/BHP). Mônica dos Santos, que acompanha a equipe de repórteres, relata: “Aqui é como se a barragem não tivesse rompido, é como se a gente não tivesse mil e um problemas. Aqui é o descanso”.

Em outro trecho, Mônica complementa: “É a única coisa, que até o momento, a Samarco, Vale, BHP e a Renova não conseguiu tirar de mim. São as lembranças” (Globo, 2023). A moradora acompanha a equipe pelas ruas, mostrando como passam os finais de semana ali com instalações improvisadas e em meio a ruínas. Dona Maria, mãe de Mônica, conclui no final da reportagem: “chegou a hora de ir embora... agora é só esperar a semana passar, pra voltar aqui de novo” (idem).

Destacamos, por fim, a principal fonte de dados utilizada para compreensão do processo histórico após o desastre-crime e em especial a luta do “Loucos pelo Bento”: o Jornal A Sirene<sup>10</sup>. O jornal canaliza uma política de memória a partir das pessoas atingidas como um “processo de assemblage emocional, de arranjo afetivo processual e de produção de uma nova consciência a partir do desastre que a ideia de estrutura de sentimento busca lidar” (Santos, 2023, p.51). O jornal é publicado desde fevereiro de 2016 e é considerado importante instrumento livre e independente de denúncia e luta da população atingida.

<sup>10</sup> Jornal A Sirene. <https://jornalasurene.com.br/>

A primeira menção ao grupo “Loucos pelo Bento” acontece na edição 9, de dezembro de 2016, quando o grupo se mobiliza para realizar obra de acesso ao território. Na mesma edição há uma matéria sobre a primeira vez que eles dormem no território. O grupo é novamente citado na edição 16, de julho de 2017, em alusão à resignificação de Bento Rodrigues, em uma matéria sobre direito à propriedade. Nela, os membros são nomeados como “ativistas”. Na mesma edição, cita-se a realização de uma festa junina no território, organizada pelo grupo. Na edição 19, de outubro de 2017, o grupo é mencionado como responsável pela articulação de festas religiosas no território. O editorial desta edição também remete ao nome do grupo. No informativo na edição 37, de abril de 2019, consta que a semana santa foi organizada no Bento pelo grupo “Loucos pelo Bento”. Na edição 46, de fevereiro de 2020, os ativistas do grupo participam de ato em Brumadinho (Cristiano Sales); há uma foto dele usando camisa do “Loucos Pelo Bento Rodrigues”. Na edição 47, de março de 2020, uma matéria singela em que uma criança, Olívia — filha de integrantes e ela mesma membro do grupo — batizou cada pintinho de uma galinha com o nome de um integrante da família, também integrantes do “Loucos pelo Bento”. Não há outras menções explícitas ao grupo no Jornal A Sirene, no recorte verificado, de fevereiro de 2016 a julho de 2023. Porém, é possível identificar diversas outras manifestações do grupo ao identificarmos seus membros, o que foi possível com as entrevistas realizadas, trabalhos de campo e idas às ruínas.

A partir de uma primeira e sintética leitura histórica do pós-rompimento em Bento Rodrigues, continuaremos com aproximações sensíveis às paisagens destruídas através do contato com os sujeitos que ali moravam e ali também revivificam o território.

### Parte 3 – Reconpondo o mundo estilhaçado dos “Loucos pelo Bento”

Inspirados no trabalho de Lorimer (2003), refratado por Dawney (2022), utilizamos o artifício de “pequenas histórias” para entender práticas de sujeitos em situações muito delicadas. Nas pequenas histórias, constelamos dados discursivos, análise de acontecimentos e de experiências para compor narrativas que possam ilustrar eventos, memórias, sensações e impressões centrados nos integrantes dos “Loucos pelo Bento”. Essas histórias dizem respeito, em um horizonte, a dificuldades que se apresentam para que determinados sujeitos consigam se localizar e estabelecer nódulos ou pontos de ancoragem para suas próprias vidas, na ausência daquilo que outrora fornecia a normalidade mais básica para elas: o território e as relações estabelecidas nele e com ele; dizem respeito também as energias investidas por agentes em um arranjo de forças extremamente assimétrico. Seguindo a elaboração de Lorimer (2003, p.214), o dispositivo das pequenas histórias, por meio do qual examinamos aspectos biográficos e sua textura subjetiva em conexão com sua dimensão estrutural, “são como pontos de entrada para o desenvolvimento de conceitos em contextos locais”, visto que se manifestam ou são corporificados de maneira particularizada. Dessa maneira, no fim das contas, elas contam também a história do desastre-crime e, de forma peculiar, da manifestação dos efeitos de nossa época geológica, o *Capitaloceno*.

Para recompor as ruínas de Bento Rodrigues e navegar pelos sentidos que lhe atribuem aqueles que nela habitam, utilizaremos um conjunto representativo de dados narrativos advindos tanto da produção pelos próprios membros do grupo, quanto de experiências de interlocução em campo com eles. Nos ateremos a aspectos subjetivos que nos fornecem indicativos do que é ser um “Louco pelo Bento”, que ajudam a nos acercar das motivações, das justificativas e com isso elaborar algumas “pequenas histórias” sobre os membros e o que os conecta às ruínas, coletando elementos de um arranjo de uma complexa paisagem de sensibilidade, tomando de inspiração a noção de “política de sensibilidade” de Scribano (2019, p.3), definida como um conjunto de práticas sociais cognitivo-afetivas baseada na produção, gerenciamento e reprodução de horizontes

de ações, disposições e cognição. Ainda orientados por Scribano (2009, p. 2) estamos atentos, no caso do “Loucos pelo Bento” à práticas intersticiais, caracterizadas como relações sociais

*que se apropian de los espacios abiertos e indeterminados de la estructura capitalista generando un eje “conductual” que se ubica transversalmente respecto de los vectores centrales de configuración de las políticas de los cuerpos y las emociones.*

As histórias funcionam em conjunto, portanto, como um mapa de indícios, um circuito de experiências que nos mobilizam a perceber o que, no fim das contas, é o mundo danificado pela mineração em Bento Rodrigues: onde estão as rachaduras, como se manifesta o sofrimento, o que se busca recuperar e como persistir com a vida.

### **Marlon - O lugar mais seguro do mundo**

Em “O Lugar Mais Seguro do Mundo” (2021), documentário dirigido por Aline Lata e Helena Wolfenson, o personagem principal, condutor da narrativa, é Marlon Silva, sobrevivente da onda de rejeitos da Barragem do Fundão que atingiu o subdistrito de Bento Rodrigues. Marlon é um personagem que nos guia por algo maior do que ele próprio. As gravações do longa-metragem começaram em 2016, meses após o rompimento, quando Marlon tinha pouco mais de 20 anos. Em uma das primeiras cenas, ele visita locais atingidos pelos rejeitos, ainda com o aspecto úmido da lama de rejeitos e as marcas frescas nas paredes que restaram de pé, resgatando fotografias, ícones religiosos, objetos pessoais e outros ítems entre as ruínas para devolver aos proprietários. Nesse gesto há algo que imediatamente extravasa a dimensão privada, nos conduzindo em direção à dimensão pública: a constante tentativa de recompor a vida cindida pelo trauma do desastre-crime, o incessável tatear por uma outra constituição individual e coletiva, mais frágil e que emerge de uma arqueologia inglória.

O documentário acompanha Marlon visitando a vizinhança onde outrora vivia a avó, Maria, e onde a tia, Sandra, possuía um bar, deparando-se com as casas saqueadas e o entulho que permaneceu nos cômodos, a exemplo do seu próprio quarto; filma-o entrando pela mata até uma cachoeira, cenário de brincadeiras de infância, mas que agora, ainda que sinta o prazer de entrar naquelas águas, manchas e coceiras alérgicas derivam desse inocente ato; testemunha mais de uma ocasião em que deflagra ruidosos conflitos contra funcionários da Samarco (Vale/BHP) que tentam expulsá-lo da área atingida, mas sua desobediência triunfa. Em determinado momento, Marlon se junta a uma procissão de ex-moradores e participa de uma celebração religiosa. Mais tarde, alguns remanescentes permanecem em uma casa de estrutura improvisada, em Bento Rodrigues, e, entre música, cerveja e conversas, entoam um hino onde declaram-se “Loucos Pelo Bento”: “Estamos vivos, estamos juntos, estamos fortes, somos muitos e somos loucos! Somos loucos por Bento Rodrigues”.

### **Mônica - Ânsia por justiça**

A primeira menção ao grupo “Loucos pelo Bento” no Jornal A Sirene — um veículo comunitário que tem sido um verdadeiro acervo sobre o crime da Samarco, em um exercício ativo de mobilização, bem como de política de memória — acontece na edição de número nove, de dezembro de 2016. Ali, três fatos são emblemáticos, reportados em matérias. O primeiro é uma mobilização para consertar uma ponte que dá acesso ao território, danificada pela passagem de caminhões que prestavam serviço à mineradora. Embora houvessem solicitado reparos, eles não seriam realizados a tempo do feriado do dia 2 de novembro, tampouco do dia 5 de novembro, data em que se completaria um ano do rompimento da barragem. Em um domingo, vários moradores realizaram os reparos, em mutirão. O segundo é um conflito com “seguranças” por causa do acesso à igreja das Mercês, cujas portas estavam trancadas a cadeado, impedindo o acesso para a celebração do dia dos finados. Por fim, o terceiro acontecimento diz respeito à primeira noite em que um grupo de ex-moradores decidiu dormir em Bento Rodrigues, em 22 de outubro de 2016. Ao todo, 23 moradores participaram do acampamento, dos quais 15 eram moradores originais. Eles montaram uma estrutura de barraca, fogueiras e à noite realizaram uma caminhada, por entre as ruínas, até a Igreja de São Bento.

Todas as matérias assinaladas acima tiveram a autoria ou participação de Mônica dos Santos. Além de colaboradora assídua do Jornal A Sirene, ela tornou-se uma liderança do movimento das pessoas atingidas pela barragem de Fundão, com posição sólida na Comissão dos Atingidos pela Barragem do Fundão de Mariana. Sua atuação fez com que sua presença fosse constante em entrevistas, documentários, eventos, manifestações e, claro, assembleias e tribunais. Assim como Marlon Silva, de quem é prima, Mônica dos Santos sofreu uma ruptura biográfica por causa do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro que envolve, fisicamente, a destruição de seu território, e, simbolicamente, a destruição de uma série de componentes relacionais ligados a sua identidade. Neste último quesito, no caso de Mônica, a reconstrução de si é perpassada por uma instância coletiva intensamente política que reorienta sua trajetória de vida: em 2021 tornou-se advogada e em 2022 foi a primeira pessoa atingida a ser ouvida em um tribunal, desde o rompimento em 2015: o que se deu não no Brasil, mas em Londres, onde a BHP enfrenta graves acusações no Tribunal de Apelação das Cortes Reais de Justiça do Reino Unido. Hoje, Mônica dos Santos atua junto à Cáritas no corpo de assessoria técnica à população de parte da bacia do Rio Doce atingida pelo crime da Samarco (Vale/BHP).

Enquanto tiver um atingido sem ser reassentado e um atingido sem ser indenizado, é... eu tenho por obrigação, né... de lutar pelo direito de todo mundo. *É uma luta que eu sei, que é uma luta sem fim* (Globo, 2023).

A potência dos elementos biográficos da Mônica, sobretudo após o desastre-crime, indica uma incansável procura por justiça coletiva desde o rompimento da barragem de Fundão. Ao representar com sua existência-vida-corpo uma luta coletiva ao longo de mais de 8 anos, Mônica enfrenta contínuos desafios conjunturais relativos ao território de Bento Rodrigues e todo processo de reparação. É em Bento — com seus amigos, familiares e próximos que encontra além de pares, refúgio — que encontra possibilidades de continuidade da vida.

Não parece exagerado afirmar que os desastres recentes na mineração brasileira, em especial os rompimentos das barragens de Fundão (em Mariana) e do Córrego do Feijão (em Brumadinho), impactaram o regime de visibilidade dos problemas associados ao neoextrativismo mineral: questões como os tipos de barragem de rejeitos em operação, o nível de risco associado a eles, a rigidez ou flexibilização do monitoramento, a



parcialidade de pareceres supostamente técnicos, a condução corporativa de conflitos socioambientais e a morosidade dos desfechos jurídicos. Por outro lado, a agência dos grupos engajados na resistência à exploração mineradora, nos processos de reparação de áreas atingidas e na defesa de alternativas ao modelo mineral vigente, também passam a contar com uma maior e mais sintonizada sensibilidade pública a suas pautas, tendo em vista a concretude trágica de suas lutas. Nesse contexto, a implementação da Lei n.º 14.755, 15 de dezembro de 2023, a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, cristaliza aprendizados fruto de tensionamento, disputas e sobretudo de sofrimentos infligidos aqueles atingidos pelas violações do setor extrativo mineral.

### Marcos - Casamento nas ruínas

Bento Rodrigues possui uma forte e longa tradição católica. A capela de Nossa Senhora das Mercês sobreviveu ao desastre-crime por estar em localização mais elevada, embora tenha sido abandonada<sup>11</sup> pela Fundação Renova e órgãos públicos após o desastre-crime. Já da igreja de São Bento, que era mais frequentemente utilizada pelos moradores, restam apenas partes arruinadas da estrutura original, cobertas por um toldo, já que o teto, paredes e objetos foram arrancados e arrastados pela onda de lama de rejeitos. Ambas faziam parte da Estrada Real, originalmente rota de escoamento de ouro e mercadorias e que, até antes do rompimento, possuía uma importante função turística, considerado um dos pontos fortes da economia local. O aspecto patrimonial danificado muitas vezes oclusa o que ainda acontece ali enquanto paisagem vivida. Na página oficial do Instituto Rota Real, por exemplo, o povoado é descrito como inabitado<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Sobre o descaso quanto a manutenção e restauro da capela ver: <https://mg.caritas.org.br/noticias/morosidade-e-descaso-comprometem-capela-das-mercês-em-bento-rodrigues>

<sup>12</sup> Bento Rodrigues - Instituto Estrada Real. <https://institutoestrada-real.com.br/cidades/bento-rodrigues-mg/>

Na contramão da ideia espectral de que Bento Rodrigues pertence ao passado e que nada mais lá existe, soterrado total ou parcialmente por rejeitos de minério e inundado pelo Dique S4, a não ser um lembrete e um alerta lúgubre de um desastre-crime, Manoel Marcos Muniz — o Marquinhos, ex-funcionário da Samarco (Vale/BHP), e Marinalda Muniz, sua esposa, ilustram que entre aquilo que foi destruído, há pulsos de vida. Em dezembro de 1992, casaram-se na igreja de São Bento e 25 anos depois realizaram no mesmo lugar as suas Bodas de Prata. Embora as instalações físicas sejam drasticamente diferentes, inclusive com boa parte delas inexistentes, a conexão com o lugar permanece, como expressa um fragmento do Jornal A Sirene dedicado à narrativa do casamento: “acima do amor entre duas pessoas, está o amor por várias histórias de vida, está o amor por Bento Rodrigues” (A Sirene, janeiro/2018, p.8-9). Ou ainda, nas palavras do próprio Marquinhos, a qualificação do lugar ganha um novo tom:

Aquele lugar, principalmente a Igreja, pra gente é muito valioso. Foi ali que começamos a aprender as coisas. Depois do rompimento da barragem, eu pensei: “perdi a Igreja, esse espaço”; mas hoje em dia eu penso que é muito importante ter celebrado ali, nas ruínas mesmo, no Bento.

Os membros do “Loucos Pelo Bento” retornam ao território em datas comemorativas, religiosas ou não, aos fins de semana ou quando desejam. É a presença no território que lhes é central. Eventos como este ultrapassam a camada meramente patrimonial, uma vez que presentificam os vínculos dos “Loucos pelo Bento” com o território, reafirmam suas conexões e intensificam o apego pelo lugar de origem. Mais do que operar remendos anedóticos nas fissuras da identidade coletiva, o grupo está implicado em um aprendizado ou numa pedagogia soturna: trata-se de aprender a viver entre ruínas de um mundo destruído.

### Ruínas de Bento Rodrigues - Vestígios, destroços e persistência

Em 11 de julho de 2023, de manhã, partimos rumo à Bento Rodrigues. A atmosfera da desolação era nítida desde a estrada. Um vigia da Samarco (Vale/BHP) ocupava uma guarita na entrada do território e tomou os dados da placa do carro e nos permitiu acesso após nos apresentarmos como pesquisadores. Só assim conseguimos seguir. Os diques S3 e em especial S4, que inundaram parte de Bento Rodrigues, são as primeiras coisas que se percebe na paisagem. O dique S4 representa os conflitos que ela desencadeou e a demonstração do imenso poder procedimental (Martinez Alier, 2018) da Samarco (Vale/BHP) estão estampados no relevo, na hidrografia, no solo que brilha por causa do pó do minério e até no ar que se respira.

São eloquentes, contudo o estado das paredes, a ausência de janelas, os estilhaços de estruturas, o aspecto abandonado e destruído. Eram as ruínas de Bento Rodrigues se anunciando em toda sua textura particular. Uma vegetação gramínea recobriu o vermelho dos rejeitos. A natureza aos poucos se reapropria do lugar. Arbustos crescem e árvores irrompem do interior dos escombros. A natureza reclama seu retorno.

Um homem montado em uma mula surgiu, se aproximou e perguntou o porquê de estarmos ali e disse que sozinhos nós entenderíamos muito pouco. Ele se estabeleceu, dali em diante, como um guia informal, descendo de seu animal e nos acompanhando a pé. Fortuito, muito bem situado e informado. O homem se apresentou, mas logo nos disse que não gosta de dar entrevistas nem de sair em fotos — embora seja bem articulado e confiante.



O homem treinou nosso olhar para percebermos as marcas do rejeito nas paredes, nos postes, sempre com o cuidado de mantermos uma distância segura da mula, que poderia nos ferir com um coice. Indicou os resíduos mais espessos que se acumularam nas superfícies. Nos guiou para dentro de uma igreja pentecostal desmoronada. As paredes, ao contrário do chão coberto de grama, permanecem vermelhas. Janelas quebradas, pinturas gastas, estruturas destruídas, desgastadas, rachaduras, sujeira e desolação — morcegos sobrevoaram nossas cabeças ao entrarmos.

Nosso “guia” nos tirou habilmente da armadilha de ir às ruínas desacompanhados — e correr o risco de fazer uma observação mais voltada para os aspectos físicos dos escombros. Em determinado momento, ele encadeou um longo discurso sobre o caráter da reparação, principalmente quanto ao reassentamento das famílias no “Novo Bento”.

O homem falou de temores em relação ao reassentamento proposto (o IPTU que será cobrado após um ano, a perda de benefícios de assistência social, pois os imóveis serão registrados em nome dos proprietários e possuem um alto valor). Fez críticas (chamou-o de presente de grego; disse que os novos imóveis não respeitam os modos de vida rurais) e indignou-se com a narrativa de que o reassentamento “é perfeito”. Chamou quem acredita nessas versões de “iludidos”.

Antes de partir, ele apontou para si e elencou características que definem quem é o morador de Bento Rodrigues: alguém simples, que possui uma bota velha, meias furadas, um cinto gasto, a camisa rasgada e uma mula teimosa. Falou da simplicidade que lhes fora tomada. Ainda que atrasado, seguiu nos contando histórias sobre algumas casas, sobre quem eram os moradores. Falou que algumas pessoas ainda se reuniam em Bento. Eram os “Loucos pelo Bento”, aqui anunciados apenas como pessoas que não se adaptaram a vida em Mariana e que voltam para se reencontrar, para conversar, para beber, para desopilar, para chorar. Disse que às vezes dá vontade de gritar, que saem andando pelas ruas de madrugada.

Uma semana depois, um dos autores retornou às ruínas, desta vez para um almoço dominical. Dentre os presentes, sua maior parte é composta por membros da família Quintão e se reúnem na antiga moradia da matriarca Dona Terezinha. Era ainda

cedo da manhã, algumas pessoas ainda acordavam, enquanto mulheres e crianças estavam na cozinha, entre o preparo da refeição e desenhos na mesa. Ali, em meio aos destroços, entre casas abandonadas e escombros remanescentes, cerca de 15 pessoas se encontravam todo fim de semana. Eles compunham o grupo ativista auto-intitulado “Loucos pelo Bento”.

No lugar havia energia elétrica proveniente de baterias e também água encanada graças a ajustes realizados pelos próprios frequentadores. Mônica dos Santos e Mauro Marcos estavam lá: ambos fazem parte da comissão dos atingidos desde o início. Uma semana antes, em 12 de julho, Mônica estava em Londres, na ocasião do julgamento da Vale e da BHP naquela corte, no qual iria decidir se haveria sanções por lá também. Almoçamos, tomamos cachaça e tentamos fazer daquele momento algo não apenas voltado para a coleta de dados sobre o sofrimento, o trauma ou os danos de longa duração. Eles não precisavam ser explicitados ou esquecidos, mas outras dimensões da vida irrompiam ali, obviamente afetadas pelos rejeitos, mas antes de tudo como tentativas e ensaios de perseverança.

Embora perguntas específicas não tenham sido feitas, as informações vinham informalmente: memórias sobre a teimosia na ocupação daquela residência e acesso ao território; discussões sobre os novos arranjos da repactuação; queixas e críticas à Fundação Renova. A irmã de Mônica mostrou fotos no celular de como era o lugar antes da destruição, um ato de comparação melancólico. Um ciclista que passava pelo lugar parou para receber alguma orientação de caminho e acabou convidado para almoçar. Típico de viajantes aventureiros, disparava causos, piadas e gentilezas. Ocasionalmente, apesar do cenário, foi um domingo em família animado em Bento Rodrigues.

#### Parte 4 - Povoar ruínas: por outras epistemologias a partir de Bento Rodrigues

A motivação para elaborarmos reflexões transdisciplinares quanto às relações sociais vividas nos territórios arruinados tem origem nas experiências relatadas acima, nas quais algumas pessoas reinterpretam identidades territoriais das comunidades de origem pós-rompimento. Entendemos estas narrativas no interior da moldura de formas de vida em situações extremas de rearranjo da tríplice associação entre desastre-território-identidade: estamos lidando com um estudo de caso, sobre a experiência coletiva de um grupo situado em um contexto de sofrimento social, trauma cultural e expulsões, ou, dito de outra maneira, com um mundo danificado pelo neoextrativismo da megamineração. É um contexto de elaboração de um trauma cultural atravessado por um tipo de sofrimento social específico, *solastálgico*.

As ações dos “Loucos pelo Bento” se instauram numa zona de intensa identificação e apropriação de um lugar marcado por violência física, simbólica e epistêmica (Segato, 2012). Considerando a noção sobre territórios de Marcela Salgado (2010, p.36), que “materializam dinamicamente valores e sentidos atribuídos intersubjetivamente a um espaço e a um tempo, ao mesmo tempo que influem nas relações entre sujeitos, coletividades” podemos captar as ações do grupo “Loucos pelo Bento” como provocação dialética: de um lado, estimula a pensar o que o desastre-crime fez com a população de Bento Rodrigues mas também o que a população de Bento Rodrigues, ou parcela dela, fez de si mesma e do território, de sua situação.

Numa abordagem de inspiração antropológica (Ríos, 2012), ao nos aprofundarmos na análise das vivências nos territórios estilhaçados por um desastre da megamineração que vêm sendo ressignificado por meio de dinâmicas e práticas coletivas de atribuição de sentido ao sofrimento vivido, nos deparamos com dinâmicas específicas de

expulsão territorial. No cenário analisado, intercorre que alternativas de retomada de modos e projetos de vida institucionalmente propostas nas iniciativas de reparação são insuficientes para dirimir intenções de vínculos com os territórios de origem — ao menos para os que ali r-existem em meio às ruínas.

Embora a insuficiência do processo de reparação não seja objeto de pesquisa no presente artigo, é importante entender a centralidade dos vínculos sociais e territoriais brutalmente tomados das comunidades atingidas e para isso faz-se necessário elaborar sobre alguns aportes teóricos sobre r-existência, território e paisagem em ruínas que nos embasam.

Por r-existência, nos referimos ao conceito proposto por Porto-Gonçalves, compreendido como “poder de recomeçar, de regeneração, de dar novos sentidos e renovar os sentidos da existência” (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022, p.5) — como movimento permanente de saberes, costumes e tradições revisados e reformulados a partir de novas experiências que modificam-se e convertem-se em sentidos coletivos, como construções simbólicas de experiência local. Segundo os autores, este conceito nasce do acompanhamento de grupos sociais latinoamericanos em situações de conflito e ameaças em busca de permanecer em posse real de uso de suas condições materiais de reprodução de vida “com horizontes e sentidos próprios (cultura) que conformam um espaço” (ibidem, p.2, tradução nossa). Ainda segundo os autores, tal formulação contribuiu para tirar o conceito de “território” de um lugar relativamente cômodo como “naturalizado” como “forma de organização geográfica de relações sociais e de poder”, o que naturalizava assim as relações sociais e de poder do debate político.

A reflexão sobre o conceito de território é bastante extensa no âmbito da Geografia (Haesbaert, 2019; Souza, 2020) e vem passando por rico processo de “ampliação e complexificação” (Haesbaert, 2019, p.61) quanto suas perspectivas materialistas e idealistas: agrupadas em quatro vertentes identificadas pelo autor: política, cultural, econômica e natural(ista). Em nossa análise sobre as lógicas de apropriação dos territórios atingidos, absorvemos as concepções de espaço, paisagem e lugar como relações de sentidos simbólicos vinculados ao espaço geográfico inseridos no contexto de arruinamento e processo de reparação em meio a disputas por poder e controle das áreas atingidas pelas mineradoras rês. Desta forma, entende-se o território através do princípio cultural de identificação e pertencimento como refúgio — lugar de proteção, retiro e recolhimento — no qual germinam sensibilidades rebeldes (Aráoz, 2013).

Nesta relação entre memória e refúgio em meio às ruínas que nos afigura o grupo “Loucos pelo Bento”. A destruição de Bento Rodrigues tem como consequência a transformação e a perda de referenciais históricos, socioculturais e territoriais. Se ali realizava-se um modo de vida específico, desenrolava-se o cotidiano e um senso de normalidade próprios, entreteciam-se relações entre humanos e não-humanos ao longo do tempo, essa trama foi brusca e interrompida.

No contexto pós-rompimento, as pessoas atingidas vêm sendo forçadas a uma série de mudanças intensas, uma reorganização total da vida. Vida que passa por uma brusca ruptura e sequestro biográfico e a ser atravessada por incerteza, insegurança e adaptação compulsória<sup>13</sup> — entram em cena novas formas de construção de si, novos símbolos, espaços e recursos a partir de onde se percebem, constroem e negociam identidades (Arteaga, Ugarte, 2015, p. 107). A discussão recai sobre

<sup>13</sup> Para compreender a vida pós-rompimento em Mariana, além do Jornal A Sirene, indicamos o livro “Uma nuvem na Janela, de Ana Vieira e Hariane Alves (2021). O livro reportagem acompanha o desenrolar do desastre a partir dos efeitos em uma família específica de bento-rodrigueses que passa a residir em Mariana-MG.

como o território não é apenas uma unidade geográfica, mas uma processualidade sociológica/antropológica/política/histórica: é nessa experiência situada no território — espaço biofísico carregado de atividades humanas, de histórias e imaginários — que encontramos as concepções e valorizações que fazem os seus próprios habitantes.

Num contexto pós-desastre, de distanciamento geográfico e temporal das relações comunitárias, podemos entender que quanto mais afastados do “núcleo territorial de segurança” — por mais que existam comissões e conduções coletivas inseridas no processo de reparação — mais distantes de seu suporte material ficam as memórias, as relações sensíveis de vínculos afetivos e de vizinhança. Vizinhança essa que não significa mera posição geográfica, fronteira ou próxima — como objeto estranho a ser analisado pragmaticamente —, mas como forma de identidade, território coletivo e zona de relações de trocas e pertencimento da maneira como se dava nos territórios atingidos.

O próprio ato de alojar os desabrigados em hotéis espalhados pela cidade e, posteriormente, em casas alugadas, distantes umas das outras, teria dificultado a articulação dos atingidos. Mesmo lidando com o trauma do desastre, elas foram obrigadas, sem tempo de preparo, a formarem comissões representativas, apreenderem estratégias de diálogo e de negociação, tudo isso sem pontos de referência para os encontros que lhes proporcionassem uma segurança. A falta de um lugar comum enquanto local de conversas, trocas de experiências, debates e decisões parece ter repercutido em uma quase acomodação da situação em que vivem atualmente (Zhou et al, 2016, p.38).

É a partir deste “lugar comum” — o próprio território de origem em processo de r-existência, como refúgio — que buscamos compreender processos de pertencimento, vínculos e identidade cultural em meio às ruínas pelo grupo “Loucos pelo Bento”. Mais simbólica do que material, há um esforço de reabilitação de Bento Rodrigues por parte dos membros do grupo. É uma intensa busca de uma viabilidade afetiva, cultural, política e, em suma, identitária para o território arrasado.

Os imaginários culturais a respeito de processos de ruína podem apagar vidas e trabalhos do presente, colocando firmemente aqueles que moram em tais espaços em uma relação com um passado e na condição de habitantes de um tempo sem futuro (Dawney et al, 2022, p.9).

Compreender a vida nas ruínas é tarefa complexa e para tais reflexões contamos com salutares contribuições das ciências sociais, em especial da antropologia. Anna Tsing (2019; 2022) compreende o atual estado do mundo a partir das extensas e poderosas transformações industriais e imperiais — o que chama de “perturbações humanas” — “relações não projetadas da vida não-humana nas estruturas humanas”, resultantes da “transformação da paisagem na qual investidores, formuladores de políticas e engenheiros não se importam com efeitos não planejados” (nossas relações com o dióxido de carbono, radioatividade, desmatamento e extinções massivas, ao lixo plástico etc.). Estas transformações da paisagem são “ecologias ferais” e incidem na realidade que vivemos atualmente em meio a ruínas do capitalismo, a “diversidade contaminada”.

Diversidade contaminada é a adaptação colaborativa a ecossistemas de perturbação humana. Emerge como os detritos da destruição ambiental, da conquista imperial, dos fins lucrativos, do racismo e da norma autoritária — assim como do devir criativo. Nem sempre é bonita, mas é quem somos e o que temos disponível como parceria para uma terra habitável (Tsing, 2019, p.23)

Anna Tsing tem importante contribuição às possibilidades de formas de vida em meio a perturbações humanas, possível através de seus longos estudos sobre a colheita de cogumelos *matsutake* no Japão e em todo o Hemisfério Norte. A autora insiste em olharmos a vida em ruínas como forma de buscarmos respostas na “diversidade contaminada”.

Para além de um cientificismo tecnicista sobre formas de manter o desenvolvimento e acumulação a partir da extinção sob a crença de um contínuo progresso, destacamos o trabalho de Tsing (2019) como novas formas de olhar a diversidade contaminada e as ruínas do capitalismo, que podem permitir que as florestas se recomponham mesmo apesar das perturbações.

O cogumelo *matsutake*, muito apreciado no Japão e o cogumelo mais caro do mundo, nasce em meio a florestas perturbadas pelo homem e não pode ser cultivado. Até 1970 as florestas do Japão produziram suficientemente para consumo local, mas com o declínio de sua produção devido a mudanças ambientais, a colheita começou a ser realizada também em outras áreas do Hemisfério Norte. Em seus diversos estudos Anna Tsing pôde perceber a riqueza no processo de colheita dos *matsutakes* e acompanhar estudos ambientais de recuperação de florestas perturbadas onde nascem os pinheiros vermelhos - onde crescem os *matsutake*, e o que a autora indica é que através de um processo de pesquisa e esforço de troca de saberes científicos e populares para viabilizar “perturbações lentas”, é possível a recomposição da natureza e permitindo que a vida continue — e os cogumelos ressurgam.

Em sua mirada para um emaranhado de vida multiespécie que persiste em meio e apesar das violências, Anna Tsing (2019, p.18) considera os fungos como “portadores de esperanças e medos” como “forma de avaliar o estado atual e futuro da vida nas ruínas”. Esta recomposição da natureza, e da vida — que se dá ao longo de um tempo próprio e não o do processo da reparação (portanto, o tempo da Fundação Renova, do sistema jurídico e dos processos em disputa) — é o que destacamos no trabalho de Tsing como formas de visualizar processo como o de “Loucos pelo Bento”. A partir de um lugar de refúgio, paralelo ao processo de reparação, buscam através de vínculos sensíveis e sutis — ao mesmo tempo em que processam lembranças e memórias — formas de lutar por justiça, reconhecimento e existência.

É neste campo aberto à investigação dos processos de vínculos de “Loucos pelo Bento” com o território em ruína que buscamos compreender o porquê, mesmo destrozados, se identificam com as ruínas através de suas memórias e vínculos com paisagens sensíveis. Provocando epistemologias hegemônicas e cientificistas, buscamos compreender a partir das transformações da paisagem pela perturbação humana, as possibilidades para a ciência popular da vida em meio a ruínas como processo criativo, indeterminado e autônomo de resignificação da identidade e pertencimento. Reconstruir a epistemologia das ruínas, procurando por *fissuras* (Segato, 2012) que rompam estruturas hegemônicas, é também um esforço para compreendermos formas de vida possíveis no contexto das extinções no Capitaloceno.

As paisagens globais de hoje estão repletas desse tipo de ruína. Ainda assim, esses lugares podem ser animados apesar dos anúncios de sua morte; campos de ativos abandonados às vezes geram novas vidas multiespécies e multiculturais. Em um estado global de precariedade, não temos outras opções além de procurar vida nessa ruína (Tsing, 2019, p.7)

É neste contexto das sensibilidades trazido pelas ciências sociais que figuram as perguntas centrais da presente pesquisa. Envolve compreender o que significa povoar as ruínas de um território tão brutalmente raptado pela atividade extrativa mineral e tão dolorosamente danificado, por isso estilhaçado, como um ato de genuína recusa às violações sofridas — não sem dor, incertezas e ambivalências. O “Loucos pelo Bento” faz ecoar um manifesto por justiça e uma denúncia ao que vivemos hoje: assimetrias, expulsões, desastres cada vez mais frequentes, o abandono, o descaso com a relação identidade-território, bem como a naturalização da extinção como intrínseca ao desenvolvimento.

O “Loucos pelo Bento” insinua-se como uma síntese microcós mica de muitos elementos que se manifestam de maneira mais extensiva e complexa por todo o leito do Rio Doce. Há uma retomada de agência em meio ao trauma coletivo, que se desenrola no cotidiano não apenas como sofrimento, visto que emergem disposições políticas de enfrentamento. A luta pela ocupação do território organiza uma paisagem de sensibilidades que precisa reaccessar suas ancoragens afetivas e reenergizar seus vínculos, ainda que sem o substrato material original de seu enredamento. Está em movimento também uma política de memória, que faz o trânsito entre o que era e o que é; entre o que se perdeu e o que se busca conservar, portanto, implicada no denso processo de manutenção e refazimento de identidades. De forma geral, o “Louco pelo Bento” explicita dinâmicas criativas de resistência, cuidado e, no fundo, de como tornar vidas vivíveis em meio às ruínas.

### Considerações finais

Reforçamos que a manifestação do “Loucos pelo Bento” é mais uma evidência da mineração como *indústria danosa (harm-industry)*. É também no contexto do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) e ao observar a dimensão dos danos causados para o “Loucos pelo Bento” que compreendemos a mineração no *Necroceno*, como parte da lógica de “acumulação por extinção”. Tais dimensões não podem ser ignoradas do contexto, e não podem ser normalizadas como intrínsecas às atividades mineradoras. O grupo “Loucos pelo Bento” é um ato continuado de coragem — uma *fissura* em meio aos destroços: por onde a natureza se regenera em meio aos escombros e a vida se faz presente.

Considerada setor chave para o desenvolvimento econômico em uma sociedade de matriz extrativa como a brasileira, a mega mineração tem sido pouco açodada para reconhecer, dirimir e reparar os danos que inflige. Passados mais de oito anos, o desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) é submetido à palidez da inércia, seu apelo torna-se cada vez menos audito e as desfigurações que causou são geridas com pouca urgência. Contra uma hegemonia de licenciosidade e manipulações assimétricas em arenas de negociação, é preciso insistir em demarcar o intolerável. Ao lermos as ruínas de Bento Rodrigues, entrevemos que tal exercício de demarcação é feito e nele o modelo minerário contemporâneo encontra críticas contundentes.

Elaboramos neste trabalho uma experimental leitura transdisciplinar das ruínas de Bento Rodrigues. Mais do que observar os escombros das edificações, miramos os modos de vidas rompidos; para além dos objetos soterrados, perdidos e danificados, focamos nas relações e vínculos desfeitos e a tentativa de seu refazimento, ainda que frágil e precário. Buscamos enxergar para além do lugar, vasculhando o que nele habita e de que maneira o faz. Objetivamos entender como um grupo específico impregna de sentido o território arruinado que outrora era moradia, operando ressignificações, revalorizações e empenhando-se em continuidades. Estivemos assim interessados não em uma paisagem meramente topográfica esfacelada, mas uma paisagem pulsante de sensibilidades.

O grupo “Loucos pelo Bento” nos habilitou a qualificar a questão de como o desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) reordenou e, no limite, destruiu paisagens, lugares e identidades — efetuando radicais rupturas biográficas. Investigamos como a manutenção de costumes e a criação de novas práticas em meio ao território majoritariamente submerso em rejeitos de minérios, produziu rearranjos em âmbitos mais sensíveis, subjetivos, de maneira coletiva. Para tornar tal mundo estilhaçado inteligível, contamos com a assistência conceitual de formulações sobre sofrimento social, trauma cultural, identidades e territórios abalados por eventos críticos, r-existências e impactos emocionais pela destruição de lugares aos quais se nutre profundo apego, sintetizando-as para operacionalizar uma incipiente antropologia das ruínas. Há uma relação de desastre-território-identidade que tem sido ignorada, ou estrategicamente invisibilizada, que deve ser registrada de forma a contribuir com aspectos centrais de processos de reparação que de fato busquem considerar a centralidade das vítimas, respeitando seus modos e projetos de vida para muito além da mera reconstrução imobiliária.

O desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) teve como efeito a ativação de um componente político na identidade coletiva de uma parcela de moradores de Bento Rodrigues, que passaram a se engajar na resistência ao apagamento, ao esquecimento e à apropriação de seu território. Destaca-se aí o germinar e a cristalização de uma sensibilidade rebelde em um contexto de franca expulsão, desterritorialização e desenraizamento. Argumentamos que o “Loucos pelo Bento” recusa um tipo específico de dano político: o sequestro de agência. Refazem-se e afirmam-se enquanto um “nós” atuante, rejeitando aquilo que nos permitimos nomear de tutela existencial corporativa, na medida em que insistem na retomada de autoria coletiva da vida social, algo que realizam de maneira inscrita no território: é imperioso, para eles, estar nele, ocupá-lo, reivindicá-lo.

De maneira situada, o “Loucos pelo Bento” ilustra uma densa paisagem de sensibilidades que se radica em um mundo estilhaçado pela mineração. Embora este seja um estudo de caso cujo alcance das compreensões desenvolvidas não possa ser ampla e irrefletidamente generalizado dada a variedade de impactos em diferentes comunidades atingidas, dentre elas indígenas, quilombolas, ribeirinhas, litorâneas, por exemplo — afirmamos que as ruínas de Bento Rodrigues demonstram a profundidade dos danos causados e se comunicam com outras ruínas, cada vez mais abundantes, do Capitaloceno, bem como são eloquentes sobre formas de seguir vivendo em meio aos estilhaços.

Por fim, gostaríamos de ponderar que em contexto tão complexo e conflituoso, reconhecemos o caráter parcial da pesquisa, que não se pretende conclusiva, mas sim friccionar teoria e prática buscando tensionar limiares e explicitando denúncias ao modelo mineral implantado. Para além disso, ela também denota um esforço de trazer para o primeiro plano a centralidade das vítimas, no caso em específico, o grupo “Loucos Pelo Bento”. Apelamos para a urgência de um olhar transdisciplinar aos efeitos causados pelo rompimento de Fundão como forma de reconhecer os múltiplos

impactos e violações ocorridos e, para além disso, refletir sobre os diversos territórios ameaçados pela extração de minério no país.

## Agradecimentos

Embora assumamos a total responsabilidade pelas asserções construídas, somos gratos a todos que participaram direta e indiretamente da realização deste trabalho. Destacamos a articulação estimulada pelo Professor Bruno Milanez, os comentários fortuitos do Professor Horacio Machado Araújo e a leitura atenta e crítica da Professora Monique Sanches Marques, Professora Maria Aparecida de Moraes Silva e de Williane Pontes.

## Referências

ALEXANDER, Jeffrey C. *Trauma: A social theory*. Cambridge: Polity, 2012.

ALBRECHT, Glenn. ‘Solastalgia’: A New Concept in Health and Identity. *PAN 41*. 2005.

AMARAL, Ana Carolina Vieira do; ALVES, Hariane Santos. *Uma nuvem se aproxima da janela*. Lisbon Press. Livraria Atlântico, 2021.

ARAÓZ, Horácio Machado. *Mineração, genealogia do desastre: O extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

ARAÓZ, Horácio Machado. “Orden neocolonial, extractivismo y ecología política de las emociones”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 34, pp. 11-43, Abril de 2013. ISSN 1676-8965.

ARTEAGA A, Catalina y UGARTE C, Ana M. Identidades en emergencia: la otra cara de la reconstrucción. El caso de Chaitén. *Magallania* [online]. 2015, vol.43, n.3, pp.107-123. ISSN 0718-2244.

BENSON, P.; KIRSCH, S. Capitalism and the Politics of Resignation. *Current Anthropology*, v. 51, n. 4, p. 459-486, 2010.

CÁRITAS - Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais. *Matriz de danos das pessoas atingidas pela barragem de Fundão em Mariana*. Mariana - MG, 2020.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DAWNEY, Leila. “Locais desativados: ruínas, resistência e cuidado no final da primeira era nuclear”, *Ponto Urbe* [Online], 30 v.2 | 2022, Online since 28 December 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.12573>.

DE LA CADENA, M. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 95-117, 2018.

HAESBAERT, R. da. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 13ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

HALBWACHS, M. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffer. São Paulo, *Vértice/Revista dos Tribunais*, 1990. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod\\_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf). Acesso em: 6 jan. 2024.

HURTADO, L. M.; PORTO-GONÇALVES, C. W. RESISTIR Y RE-EXISTIR. *GEOgraphia*, 24(53), 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/54550/33356>. Acesso em: 18 dez. 2023.

LORIMER, H. *Telling small stories: Spaces of knowledge and the practice of geography*. Transactions of the Institute of British Geographers, 28, 197–217, 2003. <https://doi.org/10.1111/1475-5661.00087>

LOSEKANN, C. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (20), 121–164, 2016. <https://doi.org/10.1590/0103-335220162004>

LOSEKANN, C. “Não foi acidente!” - O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et al. *Mineração: violências e resistências* [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018.

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. 1a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

MARTINEZ ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Tradutor: Maurício Waldman. 2 Edição. São Paulo, editora Contexto, 2018.

MCBRIEN, Justin. Acumulação por extinção: catastrofismo planetário no Necroceno. In: MOORE, Jason W (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*; tradução de Antônio Xerxenesky, Fernando Silva e Silva - São Paulo: Elefante, 2022.

MOORE, Jason W (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo* / organizado por Jason W. Moore; tradução de Antônio Xerxenesky, Fernando Silva e Silva - São Paulo: Elefante, 2022.

PASSOS, Flora d’El Rei Lopes. *Mariana: cidade tombada, territórios tomados*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2022.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

PRATA, Daniela Arantes. *Criminalidade Corporativa e vitimização ambiental: análise do caso da Samarco*. São Paulo: LiberArs, 2019.

RÍOS, Francisco Ther. Antropología del territorio. *Polis, Revista de la Universidad Bolivariana*, Volumen 11, Nº 32, 2012, p. 493-510.

RODRIGUES; Júlia de Barros; LEITÃO, Karina Oliveira; MOMM, Estefania; SANTO AMORE, Caio. Iconologia e contra-cartografia do desastre-crime: narrativas das violações perpetuadas em Bento Rodrigues. V *Encontro Internacional de Experiências de Planejamento Urbano em Contexto de Conflito Social*. Rio de Janeiro,

7 a 9 mar. 2023. Disponível em: [https://www.ettternippur.net/\\_files/ugd/e6367e\\_d2b17d559913404da78d20389faf99eb.pdf](https://www.ettternippur.net/_files/ugd/e6367e_d2b17d559913404da78d20389faf99eb.pdf) Acesso em: 6 jan. 2024.

SALGADO, M. (2015). Reconstrucción de la vida cotidiana - la cara invisibilizada tras el terremoto y tsunami del 2010. *TS Cuadernos De Trabajo Social*, (11), p. 34-42.

SANTOS, Natanael de Alencar. *O desastre de Mariana através do Jornal A Sirene. AURORA (PUCSP. ONLINE)*, v. 15, p. 50-76, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/59736>. Acesso em 6 de janeiro 2024.

SCRIBANO, Adrián. Notas sobre conflictos, acciones colectivas, protestas y movimientos sociales a principios de un siglo. *Boletín Oteaiken* N° 19, Maio/2015.

SCRIBANO, Adrian. Introduction: Politics of Sensibilities, Society 4.0 and Digital Labour. In: LISDERO, Pedro; SCRIBANO, Adrian (eds.). *Digital Labour: Society and the Politics of Sensibilities*. Palgrave Macmillan, 2019.

SEGATO, Rita L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-Cadernos Ces* [Online], n. 18, 2012, p.106-131.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Socio-espacial*. 5ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver em ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*; edição Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VALENCIO, Norma & VALENCIO, Arthur. *O assédio em nome do bem: dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva de vítimas de desastres*. 12. 19-39, 2019.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. (Tradução de Livia de Oliveira). Londrina: Eduel, 2012.

VITTI, Gustavo Schiavinatto. “Um dano que se RENOVA”: Estado e F(f)undação de processos de neoliberalização na bacia do Rio Doce. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), 2017.

ZHOURI A, VALENCIO N, OLIVEIRA R, et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência Cultura*. 2016; 68(3):36-40. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v68n3/v68n3a12.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

#### Matérias jornalísticas:

A SIRENE: para não esquecer. Ed. 9. Mariana MG, Dez. 2016.

A SIRENE: para não esquecer. Ed. 16. Mariana MG, Jul. 2017.

A SIRENE: para não esquecer. Ed. 19. Mariana MG, Out. 2017.

A SIRENE: para não esquecer. Ed. 37. Mariana MG, Abr. 2019.

A SIRENE: para não esquecer. Ed. 46. Mariana MG, Fev. 2020.

A SIRENE: para não esquecer. Ed. 47. Mariana MG, Mar. 2020.

CAMARGOS, Daniel. Loucos por Bento Rodrigues. *Revista Piauí*. 2 nov. 2017. Anais da Catástrofe. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/loucos-por-bento-rodrigues/> CAMARGOS, 2017.

GLOBO. Profissão Repórter. *Rompimento de barragem em MG completa um mês sem respostas*. 08/12/2015. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4663025/>

GLOBO. Profissão Repórter. *Distrito de Bento Rodrigues foi considerado áreas de risco e um controle de acesso foi estipulado pelo governo municipal*. 30/05/2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11666353/>

MUNIZ, et.al. Por amor ao Bento: onde tudo começou. *A Sirene: para não esquecer*. Mariana, ed. nº 22, jan. 2018, p.8. Disponível em: [https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene\\_ed22\\_janeiro\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed22_janeiro_issuu). Acesso em 16 jan. 2024.

*Documentários:*

O LUGAR MAIS SEGURO DO MUNDO. Direção: Aline Lata; Helena Wolfenson. Produção: Evelyn Mab, Priscilla Pomerantzeff, 2021. (71 min).